

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.329 - RS (2019/0221695-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO - RS030019
JANAINÉ LONGHI CASTALDELLO - RS083261
AGRAVADO : VERA BEATRIZ OLIVEIRA QUADROS
ADVOGADO : LISANDRO GULARTE MORAES E OUTRO(S) - RS043547

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO REVISIONAL. SENTENÇA ULTRA PETITA. DECOTE. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA MÉDIA. REDUÇÃO. MORA. DESCARACTERIZAÇÃO. REPETIÇÃO.

1. Sentença ultra petita. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte. No caso o pedido se restringe à revisão da taxa de juros remuneratórios, cessação dos efeitos da mora e a possibilidade de repetição em dobro ou compensação de valores pagos a maior. Nulidade parcial.

2. Juros remuneratórios. Os juros remuneratórios, em regra, não estão limitados a 12% ao ano, nos termos da Súmula n. 596/STF. Às Instituições Financeiras não é aplicável a Lei de Usura. Possível a revisão contratual na hipótese de os juros remuneratórios exorbitarem a taxa média de mercado. Situação ocorrida nos autos, em que a taxa aplicada é superior à taxa média publicada pelo BACEN.

3. Afastamento da mora e inscrição nos cadastros de devedores. Afastada a mora contratual não cabe a inscrição em cadastro de inadimplentes, ou outros atos tendentes à cobrança do débito.

4. Compensação. Repetição. Devem ser devolvidos ou compensados, de forma simples, os valores eventualmente pagos a maior pelo consumidor.

PRELIMINAR ACOLHIDA.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

Em suas razões o ora agravante alega violação aos artigos 4º, IX, da Lei

Superior Tribunal de Justiça

4.595/64, sustentado ilegalidade na limitação dos juros remuneratórios, eis que não existe abusividade na taxa contratada.

Alega ter havido caracterização da mora.

Suscita dissídio jurisprudencial.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 156/159, e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

No que concerne aos juros remuneratórios, cumpre ressaltar que o assunto já foi objeto de julgamento por esta Corte Superior, dando origem ao Tema 27, onde a Segunda Seção consolidou o seguinte entendimento: *É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada (art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.*

Transcrevo trecho da ementa relativa ao julgado:

I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE.

ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS

a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;

b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;

c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;

d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

(REsp 1061530/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Min. Relatora Nancy Andrigli, julgamento 22.10.2008, DJe 10.3.2009).

A redução da taxa de juros aplicada, para taxa média de mercado, depende do reconhecimento de sua abusividade, considerando a discrepância em relação à taxa média de mercado à época da contratação, como ocorre no caso dos autos, conforme se depreende da passagem do acórdão recorrido, abaixo reproduzida (e-STJ, fl. 127):

No caso dos autos verifica-se que o contrato trazido aos autos se refere a cartão de crédito e as faturas juntadas pelo Banco Apelado revelam existência de crédito rotativo, e previu a aplicação de taxas de juros que variaram de 17,99% a 18,53% ao mês (para os meses de setembro de 2016 e março de 2016, respectivamente - faturas fls 50/52, verso).

Para o mesmo período, segundo as informações publicadas pelo BACEN, a taxa média para a mesma operação foi de 15,96% ao mês e 15,40% ao mês para os meses de setembro de 2016 e março de 2016, respectivamente.

Para o mês de novembro de 2015 deverá ser considerada a taxa do cartão de crédito parcelado. A fatura aponta percentual de 10,99% ao mês, ao passo que a média aferida pelo Banco Central do Brasil foi de 7,97% ao mês.

Em outras palavras, as taxas aplicadas no contrato celebrado ultrapassam os valores médios de mercado, razão pela qual está preenchido o requisito da manifesta abusividade na cobrança de juros. E no caso não está demonstrada a justificativa para a manifesta disparidade entre a taxa contratual e a taxa de mercado, de forma que taxa contratual deve ser limitada.

Conforme exposto, a revisão da conclusão adotada na origem, acerca da ausência de abusividade da taxa aplicada, não comporta reexame na presente via, por demandar necessário reexame de cláusulas contratuais, fatos e provas, medida que encontra veto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REVISIONAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS RECONHECIDOS COMO ABUSIVOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a cobrança abusiva (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do caso concreto.

2. O Tribunal de origem, examinando o contrato e as demais circunstâncias do caso concreto, afirmou que a taxa cobrada (55,725% ao ano) discrepava substancialmente da taxa média de mercado (19,75% ao ano). A modificação desse entendimento demanda o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial (Súmulas 5 e 7 do STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.344.595/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, Dje 26.10.2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO.
JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE.
CONSTATAÇÃO NA ORIGEM. MATÉRIA
FÁTICO-PROBATÓRIA. REEXAME. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada pela Lei de Usura (Decreto nº 22.626/1933), em consonância com a Súmula nº 596/STF, sendo também inaplicável o disposto no art. 591, c/c o art. 406, do Código Civil para esse fim, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica.

2. A redução dos juros dependerá de comprovação da onerosidade excessiva - capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - em cada caso concreto, tendo como parâmetro a taxa média de mercado para as operações equivalentes, de modo que a simples estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano, por si só, não indica abusividade, nos termos da Súmula nº 382/STJ (REsp nº 1.061.530/RS) - hipótese em que, constatada a cobrança de taxa abusiva, o tribunal de origem a limitou à media de mercado apurada pelo Banco Central.

3. Alterar tal conclusão exigiria o reexame de provas e reanálise de cláusulas contratuais, inviáveis no âmbito do recurso especial.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.101.337/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BOAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe, 28.9.2017)

Superior Tribunal de Justiça

Assim, uma vez afastada a abusividade da cobrança relativa aos juros remuneratórios, não há que se falar em caracterização da mora, estando o acórdão em conformidade com entendimento firmado em julgamento repetitivo - Tema 28.

Transcrevo ementa do julgado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO.

[...]

I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE.

[...]

ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA

a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora;

b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual.

[...]

(REsp 1.061.530/RS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, Julgamento 10.3.2009 - grifo nosso).

Cumprе destacar, ainda, que a aplicação do óbice descrito na Súmula 7/STJ prejudica o exame do dissídio jurisprudencial quanto ao ponto.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Execução de título extrajudicial.

Superior Tribunal de Justiça

2. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

3. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à inexistência de outros bens passíveis de constrição, bem como no que tange ao preenchimento dos requisitos necessários à determinação de penhora sobre faturamento, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

4. A incidência da Súmula 7 desta Corte, acerca do tema que se supõe divergente, também impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes do STJ.

5. Agravo não provido.

(AgInt no AREsp 887.748/RS, Rel. Ministro NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21.8.2018, DJe 23.8.2018)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora